



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

## Secretaria das Sessões



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

### A C Ó R D ã O Nº 7.459

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 18.817.2007-98-TCE (C/01 Anexo)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas Secretaria de Estado de Floresta, exercício de 2006.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor Carlos Ovídio Duarte Rocha  
**RELATOR:** Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Floresta. Irregularidade. Ausência do inventário de material permanente. Diferença entre o valor dos equipamentos e materiais permanentes adquiridos no exercício e o valor das despesas efetivamente empenhadas a esse título. Condenação. Devolução. Aplicação de multa. Encaminhamento do apurado ao Ministério Público Estadual. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, considerar **irregular** a Prestação de Contas em epígrafe, de responsabilidade do Senhor Carlos Ovídio Duarte Rocha – Secretário à época –, com fulcro no inciso III do art. 51 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face de a análise técnica procedida ter constatado: **a)** ausência do inventário de material permanente, com o valor informado pela defesa (R\$ 15.353.097,20 – quinze milhões, trezentos e cinquenta e três mil, noventa e sete reais e vinte centavos); **b)** diferença de R\$ 302.139,71 (trezentos e dois mil, cento e trinta e nove reais e setenta e um centavos) entre o valor dos equipamentos e materiais permanentes adquiridos no exercício e o valor das despesas efetivamente empenhadas a esse título; **2) condenar** o Senhor Carlos Ovídio Duarte Rocha a **devolver** aos cofres do tesouro estadual – corrigida monetariamente e acrescida do juros legais, até a data do efetivo pagamento – a importância de **R\$ 302.139,71** (trezentos e dois mil, cento e trinta e nove reais e setenta e um centavos), correspondente aos pagamentos efetuados “*acima dos valores empenhados*” a título de equipamentos e material permanente acima dos valores empenhados, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o seu efetivo recolhimento; **3) aplicar multa** ao gestor no valor de **R\$ 30.213,97** (trinta mil, duzentos e treze reais e noventa e sete centavos), com fulcro no art. 54 c/c os arts. 87 e 88 da LCE nº 38/93, a ser recolhido ao tesouro estadual, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o seu recolhimento; e, **4) encaminhar** o apurado ao **Ministério Público Estadual**, para as providências que entender adotar, em razão dos pagamentos efetuados acima dos valores empenhados (art. 15 c/c 16, inciso II e §1º, inciso I da LRF), que configuram, em tese, a conduta tipificada no art. 359-D do Código Penal. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo. Ausentes, justificadamente, as Excelentíssimas



**Tribunal de Contas do Estado do Acre**  
**Secretaria das Sessões**



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**(A C Ó R D ã O Nº 7.459 – FL. 02)**

Senhoras Conselheiras Dulcinéa Benício de Araújo e Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos-.....

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**  
**Rio Branco – Acre, 27 de outubro de 2011**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**  
Presidente do TCE/ACRE

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Relator

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora do M.P.E/TCE/ACRE